

Conferência Internacional sobre o Contributo do Beato Paulo VI, da Igreja Católica e de Itália para o Processo de Independência dos Países Africanos: o caso dos PALOP

Sede da Radio Vaticano, 5-6 março 2015

Excelentíssimas Senhoras e
Excelentíssimos Senhores,

Peço a vossa indulgência se for um pouco extenso, ou repetitivo, na abordagem do tema do nosso painel *'O legado do Beato Papa Paulo VI para África, 50 anos de após o Concílio Vaticano II e 50 anos após as independências africanas, balanço e perspectivas'*, pois procurei fazer um enquadramento lógico e político entre o momento que hoje celebramos e a criação da CPLP.

Quero dirigir o meu especial agradecimento à Radio Vaticano que me proporcionou essa oportunidade, ao associar-me a tão ilustres conferencistas, para estar aqui, hoje, na Cidade do Vaticano, a debater um tema de tão grande interesse histórico, político e religioso.

Paulo VI foi um Homem do seu tempo. Tempo de mudança, tempos conturbados, pautados por profundas interpelações

sociais, políticas e económicas, na Europa, em África, na América Latina, enfim, no Mundo.

Paulo VI inicia o seu pontificado em 1963, dois anos depois da construção do muro de Berlim e um ano após a Crise dos Misseis de Cuba, acontecimento que muitos consideram o auge da Guerra Fria.

Encontra um Mundo dividido em blocos, em que o equilíbrio se mantinha pelo terror da ameaça nuclear. Testemunhou diversos conflitos regionais, guerras civis, invasões, revoluções, golpes de estado, lutas de libertação, e à chegada de novos países ao concerto das Nações, desde logo com a independência das ex-colónias portuguesas. E assistiu à chegada do Homem à Lua.

A nada disto Paulo VI ficou indiferente, pelo contrário, reagiu e procurou corresponder às interpelações do seu tempo e do seu espaço:

- Avançou com alterações de grande relevo no seio de uma Igreja Católica, também ela confrontada com forças antagónicas, procurando transformá-la e renovar o seu papel num mundo contemporâneo;

E mais,

- traçou uma linha de política externa ao serviço da qual implementou uma importantíssima ação diplomática, área que lhe era cara e na qual serviu no início do seu percurso.

Esta sua ação diplomática marcou profundamente o seu tempo, granjeando-lhe, dentro e fora da Igreja, seguidores e apoiantes, assim como acérrimos críticos, prova cabal de que a sua ação foi mais além.

Com Paulo VI vimos, pela primeira vez, um Sumo Pontífice a deslocar-se de avião, acontecimento que marca o início das Viagens Apostólicas, que lhe valeriam o epíteto de Papa Peregrino. Visitou os cinco continentes. Foi o primeiro a pousar em solo africano, na célebre viagem que efetuou ao Uganda, em 1969; visitou a Índia; a Turquia; Israel; a Colômbia; as Filipinas, os Estados Unidos, entre outros países.

Encontrou-se com Kennedy, Hussein da Jordânia, Sukarno; Salazar; De Gaulle; Mobutu; Nixon; Selassié; Tito; Suharto; Golda Meir; Dalai Lama, entre tantas outras personalidades do seu tempo e das quais reza a história.

Aproximou-se da Igreja Anglicana e abriu caminho à aproximação entre Católicos Romanos e Cristão Ortodoxos, efetuando uma

célebre visita a Istambul, reforçando a Igreja Ortodoxa face aos acontecimentos internos na Turquia.

É o primeiro Papa Peregrino de Fátima: a 13 de maio de 1967 aterra em Leiria, sem passar por Lisboa e ficando alojado na Diocese de Leiria, para a primeira visita papal ao Santuário, num Portugal colonial, em guerra, isolado internacionalmente e com o qual as relações conheceram momentos de tensão, que a habilidade diplomática, de ambos os lados, não permitiu que chegassem ao ponto de rotura.

Paulo VI levou a Igreja Católica às Nações Unidas. Permitam-me que, sendo eu Secretário Executivo de uma Organização Internacional, me detenha, brevemente, sobre este acontecimento tão importante.

O discurso de Paulo VI à Assembleia Geral da ONU acontece em 1965, no vigésimo aniversário da sua criação, poucos meses depois de a Organização endurecer a sua posição face ao regime português, devido à questão colonial.

Foi um discurso histórico, e diria até, doutrinário, proferido em plena Guerra Fria, com a Guerra do Vietname e a Guerra nas Antigas Colónias Portuguesas na ordem do dia. Paulo VI afirmou que *‘a Organização representa o caminho obrigatório da*

civilização moderna da paz mundial'. A sua existência, disse, *'sanciona o princípio de que as relações entre os povos devem ser reguladas pela razão, pela justiça, pelo direito e pela negociação, e não pela força, nem pela violência, nem pela guerra*'.

Nesta mesma ocasião felicita a Organização por ter tido a *'sabedoria de abrir o acesso aos povos jovens, aos Estados que desde há pouco atingiram a independência e a liberdade nacionais – a sua presença é prova da Universalidade e da magnanimidade que inspiram os princípios desta Organização*'.

Neste discurso, advoga, também, a instauração de uma *'autoridade mundial capaz de poder agir eficazmente no plano jurídico e político*', apontando a cooperação intergovernamental como uma via para a paz.

E aponta o caminho, o caminho para *'a nova história, a história pacífica, aquela que será verdadeiramente e plenamente humana, aquela que Deus prometeu aos homens de boa vontade. Os caminhos estão traçados diante de vós: o primeiro é o desarmamento*'.

Encontramos neste discurso um postulado importantíssimo que virá a ser desenvolvido na Encíclica *Populorum Progressio*:
DESENVOLVIMENTO É O NOVO NOME DA PAZ.

Atentemos, pois, sobre este ponto. Documento incontornável na abordagem que aqui nos propomos efetuar, *Populorum Progressio* [o Progresso dos Povos], apresentada em Março de 1967, desencadeou um aceso debate, designadamente entre os setores mais conservadores da Igreja.

Retomando o espírito, e até a letra do Concílio Vaticano II, a Encíclica aborda as questões sociais da época à luz dos Evangelhos. Parte da *'universalidade da questão Social'* para declarar o apoio da Igreja ao desenvolvimento de todos os povos, em África, na América Latina ou na Ásia.

Neste sentido, *Populorum Progressio* vem interpelar todos, católicos, sábios, homens de Estado e até Organizações Internacionais, para que reflitam sobre o agravamento dos desequilíbrios entre os países.

Diz a Encíclica: *são as excessivas disparidades económicas, sociais e culturais que suscitam focos de tensão que ameaçam a paz: ' combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover, com o bem-estar, o progresso humano (...) e, portanto, o bem comum da humanidade. O Novo nome da paz é desenvolvimento'*. Fica assim estabelecido um nexu evidente entre desenvolvimento, Justiça e Paz, ideia que, cinquenta anos depois, mantém total acuidade.

E quanto ao conceito de Desenvolvimento, a Encíclica é clara: *‘não se reduz ao crescimento económico, deve ser integral e promover o Homem como um todo’, ‘não pode reduzir-se à dimensão económica, política, social ou cultural, deve abarcar o Homem inteiro, em todas as suas dimensões, incluindo a sua abertura ao absoluto, que é Deus.’*

É portanto, e aqui faço uso das palavras de D. Manuel Clemente, criado Cardeal no passado mês de fevereiro, uma visão ‘holística de desenvolvimento’, que abre caminho a conceitos modernos como o de Índice de Desenvolvimento Humano, hoje amplamente usado pelas agências da especialidade, o qual toma em consideração as diversas dimensões da pessoa humana e a satisfação das necessidades decorrentes desse carácter pluridimensional.

Senhoras e Senhores,

Esta Encíclica é de tal forma rica, que a sua análise coloca o risco de me afastar do tema de hoje.

Mas a minha linha de abordagem não ficaria completa sem referir um último aspeto, isto é, a passagem relativa às ‘Revoluções’, tanto mais que a *Populorum Progressio* surge numa

altura em que o ímpeto de mudança, exercia uma grande atração, designadamente na América Latina, região em que o documento teve grande influência no pensamento eclesiástico. Diz-nos Paulo VI: *‘é sabido que a insurreição revolucionária - salvo o caso de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse seriamente o bem comum do país – gera novas injustiças’*. E prossegue: *‘mas que nos entendam bem: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, as injustiças que ela comporta devem ser combatidas e eliminadas. O desenvolvimento exige transformações audaciosas e inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes’*.

Ora, sem deixar de repudiar a tirania, é óbvio que Paulo VI apenas considera legítimo e legal a busca da paz, a busca do desenvolvimento, por meios pacíficos, mas constata, nesta passagem, que há mudanças a efetuar no sentido de garantir o desenvolvimento dos povos.

Abordado, sumariamente, o contexto da época e o posicionamento de Paulo VI face ao seu tempo, é agora chegado o momento de me referir à audiência que, a 1 de Julho de 1970, o Papa concede a Agostinho Neto, Amílcar Cabral, e Marcelino

dos Santos, líderes dos movimentos de libertação nacional das então colónias portuguesas, em guerra havia já alguns anos.

Foi, sem qualquer dúvida, um acontecimento singular, de enorme alcance, que não passou despercebido aos meios políticos, nem tão pouco à opinião pública ou à imprensa internacional.

Era a primeira vez que um Sumo Pontífice recebia, em audiência, personalidades políticas fortemente conotadas em termos ideológicos e que lideravam movimentos armados, de libertação nacional, em luta contra um regime católico, que de uma forma ou de outra contava com o apoio das hierarquias eclesiásticas nacionais.

Como é sabido, a audiência Papal foi concedida após a conclusão dos trabalhos da 'Conferencia de Solidariedade com os povos das colónias portuguesas de Guiné, Angola e Moçambique", realizada em Roma de 27 a 29 de Junho de 1970.

O jornal italiano 'La Stampa', dava nota, no dia seguinte, que Paulo VI, depois de afirmar que *'a Igreja estava ao corrente da tragédia que arrastou as colónias portuguesas e está ao lado daqueles que lutam pela liberdade'*, entregou, a cada um dos

lideres, um exemplar, em Português, da Encíclica *Populorum Progressio*.

Conforme relata o mesmo jornal, nesta Conferência, Amílcar Cabral tinha lançado um apelo ao pontificado no sentido de se *‘demarcar dos últimos colonos que defendem com as armas as suas possessões em África, com o pretexto de defender a civilização cristã’*. Conclui o *‘La Stampa’* que a audiência Papal foi, precisamente, a resposta a este apelo.

De minha parte, e para concluir este ponto, faço, literalmente, minhas as sábias palavras do Prof. Adriano Moreira, que a propósito desta audiência disse recentemente: *‘o Papa afirma que o nome da paz chama-se desenvolvimento – não se chama indigenato, não se chama trabalhos forçados, não se chama ter colónias, não se chama nada disso’*.

E acrescento, estamos perante um exemplo que demonstra, claramente, como Paulo VI marcou a agenda política do seu tempo enquanto pugnava por uma nova ordem mundial, assente na paz, no desenvolvimento e na justiça social e como.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O que se seguiu, já estava escrito na História: pouco tempo depois desta singular audiência, a democracia triunfou em Portugal e as ex-colónias portuguesas chegavam ao concerto das Nações, enquanto Estados independentes e soberanos.

Quero agora abordar um outro tema que nos empurra mais de duas décadas para a frente.

E quero começar por recorrer, mais uma vez, à Encíclica *Populorum Progressio*, que confia aos povos a tarefa de construir o seu próprio desenvolvimento. Mas diz-nos também que o desenvolvimento solidário da Humanidade não pode ser alcançado de forma isolada, ao invés, deve assentar em acordos regionais que permitam aos povos entreajudarem-se.

Pretende-se que os países saibam tirar partido da sua 'vizinhança' e organizem *'entre si, dentro de áreas territoriais ampliadas, zonas de desenvolvimento concertando, estabelecendo programas comuns, coordenando investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando intercâmbios'*.

Estamos, pois, perante o princípio de que uma ordem internacional juridicamente institucionalizada, numa lógica subsidiária, que tenha por objetivo promover a cooperação

internacional, constitui um instrumento precioso para o desenvolvimento dos povos.

Por certo concordarão comigo se vos disser que é justamente neste princípio de solidariedade internacional, neste caso específico entre países que partilham não só uma língua e uma história comum, mas sobretudo um desejo de desenvolvimento mútuo, que se inscreve a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em julho de 1996.

A Declaração constitutiva da CPLP parte então de “valores perenes” como a Paz, Democracia e Estado de Direito, Direitos Humanos, Desenvolvimento e Justiça Social”, para chegar ao “reforço dos laços de solidariedade e de cooperação” através de iniciativas que têm por objetivo a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e a afirmação da Língua Portuguesa como forma de assegurar o “futuro coletivo dos seus Países”.

Assim, e conforme o ideal dos seus fundadores, a CPLP é criada enquanto fórum multilateral para o aprofundamento da amizade em torno de três grandes pilares: *(i)* a concertação político-diplomática; *(ii)* a cooperação em todos os domínios; *(iii)* a promoção e difusão da língua Portuguesa, nos quais a

Organização tem vindo a procurar ser cada vez mais bem sucedida.

E apesar de evidentes as mais valias decorrentes desta inevitável convergência de países em torno destes três pilares, a CPLP não deixa de ser uma organização singular, no sentido em que congrega quatro placas continentais: América do Sul, a Europa, África (ocidental e oriental) e a Ásia.

A nossa fronteira comum é o mar, os oceanos não nos separam, unem-nos. E ainda que geograficamente descontinuada, a CPLP procura afirmar-se como um todo linguístico e político preservando a devida latitude para a plena integração dos seus membros nos respetivos entornos regionais, com os quais queremos também aprofundar relações, com o mesmo objetivo de promover o desenvolvimento.

Permiti-me que avance, outra vez, duas décadas, para chegar ao momento presente.

Na última Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Díli, Timor-Leste, a CPLP completou 18 anos. Da mesma forma que mudou entre a audiência de Paulo VI aos líderes africanos, em 1970, até à criação da CPLP, em 1996, o Mundo

voltou a mudar nestes 18 anos de existência da Organização. E mudou muito.

Veja-se: em 1996, a nível interno, os nossos países enfrentavam desafios distintos: Angola encontrava-se num contexto de guerra e o Brasil fazia face às dificuldades impostas pela crise financeira como resultado da introdução do Plano Real. Cabo-Verde lançava as bases para a afirmação da democracia pluripartidária e a Guiné-Bissau vivia uma experiência democrática dinâmica antes de mergulhar na presente era de conflitos. Moçambique recém-saído da guerra de destabilização procurava estruturar-se, ensaiando os primeiros passos de democracia multipartidária e Portugal enfrentava os desafios da integração europeia. São Tomé e Príncipe conservava a estabilidade democrática não obstante a ocorrência de alguns episódios de conflitos a nível institucional e Timor-Leste lutava heroicamente pela afirmação da sua autodeterminação, deixando, ainda, incompleta a família da CPLP.

No plano internacional, terminara a Guerra Fria e a bipolarização do Mundo. Hoje, o panorama internacional caracteriza-se por um **mundo globalizado, altamente competitivo e repleto de novas ameaças, por vezes difusas, não raras vezes transfronteiriças, e que requerem uma ação conjunta.** Estamos,

de novo, perante novos paradigmas que levam à reconfiguração do papel dos Estados, e das Organizações que estes integram.

Coloca-se agora o desafio de renovar as nossas organizações para que respondam aos desafios presentes e futuros e, desta forma, se perfilhem como um instrumento eficiente de desenvolvimento e projeção dos seus Estados-membros e, ao mesmo tempo, um ator credível de relações internacionais.

Na já referida Cimeira de Díli, e coincidindo com a maioria da Organização, a CPLP concretizou o primeiro alargamento da sua história, com a entrada da Guiné-Equatorial.

Nesta mesma Cimeira, acolhemos quatro novos observadores associados: Namíbia, Geórgia, Turquia e Japão, que se juntaram ao Senegal e à ilha Maurícia.

Foi, neste sentido, uma Cimeira histórica, cujos resultados não só refletem as mudanças no palco internacional, como exigem da própria organização uma dinâmica de renovação, de reforma, um novo impulso.

E em que sentido? No sentido de definir uma nova arquitetura institucional, dotada de um projeto comum que assegure a convergência dos interesses dos Estados-membros, que gere

benefícios, através de uma clara definição de objetivos estratégicos.

Assim, temos de privilegiar o investimento no capital humano, no conhecimento, na tecnologia, na educação de qualidade e na formação profissional. Temos de apostar na mobilidade, especialmente na mobilidade do conhecimento e na inovação.

É imprescindível reforçar o espaço de cooperação empresarial, promover a criação de um ambiente de negócios mais favorável, e apostar no reforço do relacionamento com outros espaços regionais.

Temos de saber tirar partido do enorme potencial que representa o vasto somatório de recursos energéticos, marinhos, hídricos, portuários, agrícolas e ambientais que os nossos Estados-membros encerram. Estudos indicam que a CPLP representa cerca de 4% do PIB mundial, e que o esperado crescimento económico dos seus membros poderá fazer aumentar esta proporção. Mais de 50% das novas descobertas de recursos energéticos ocorreram em países da CPLP. No seu conjunto, os países da organização posicionam-se no quarto lugar da produção mundial de petróleo, cuja recente revisão em baixa do preço, coloca agora novos desafios.

É, por isto, imprescindível que a CPLP saiba tirar partido da lógica de integração Sul/Sul, ou Norte/Sul/Sul, a qual, indo de encontro à configuração geográfica da Organização, constitui uma importante oportunidade de crescimento económico, quer quanto à diversificação das exportações, quer quanto à gestão das rendas provenientes dos recursos mineiros e petrolíferos.

Este impulso deve, também, potenciar o papel das Organizações enquanto agentes produtores de segurança coletiva, de estabilidade e prosperidade das Nações que as integram, assumindo-se como baluartes da defesa da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos, em benefício dos nossos povos e de uma sociedade civil, que se quer vibrante e participativa.

Por fim, a mudança de paradigma pressupõe um Estado facilitador de desenvolvimento, garante da necessária estabilidade e segurança que permita às empresas arriscar e investir e à sociedade civil organizar-se e regular as tensões sociais.

Pressupõe, do mesmo modo, a formulação de políticas públicas com mais eficiência de meios e maior eficácia de resultados, capazes de favorecer a ascensão de uma classe média propensa

ao consumo, fazendo uso crescente do ambiente tecnológico do mundo globalizado.

Hoje, tal como no passado, e como em todos os desafios que interpelam à ação, o sucesso da ascensão da CPLP, implicará, invariavelmente, a sabedoria das escolhas dos líderes que a guiarão nesta marcha.

Muito obrigado.